
AS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL

AS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL

Resumo dos artigos anteriores:

Nos artigos anteriores o autor salienta a necessidade de um Serviço de Informações em condições de apoiar o Conselho da Revolução, os poderes legislativo, executivo e judicial, as forças armadas, a diplomacia, as comunidades portuguesas no estrangeiro e até os partidos e os sindicatos.

Propõe-se estudar cada um dos sectores de actividade das informações para contribuir para a dignificação do perfil público dos Serviços de Informações, que está a ser deteriorado, o que urge rectificar e corrigir para bem da eficiência da pesada tarefa de governar.

Faz uma apreciação histórica que divide em três partes:

- da fundação da nacionalidade, à conquista de Ceuta;
- da conquista de Ceuta, à independência do Brasil;
- da independência do Brasil, à independência de Angola.

Cobre a primeira parte, focando a acção contra os mouros, a consolidação e fortificação dos reinos de Portugal e do Algarve, salientando as informações para conduzir as complexas negociações com a Cúria Romana, as lutas e as perigosas conversações com os reinos católicos da península e, simultaneamente, manter a pressão da guerra sobre os muçulmanos, com a conquista de Ceuta.

Cobre a segunda parte, durante a qual dominamos o Algarve africano, achamos a Madeira e os Açores e, como vanguarda da cristandade ocidental ampliamos com os espanhóis o horizonte e o domínio da sociedade que representávamos, até abranger todas as terras habitáveis e mares navegáveis.

A acção dos portugueses é estimulante para os espanhóis e da competição surge o Tratado de Tordesilhas que foi negociado por D. João II de um modo perfeito e que se pode considerar o epílogo da sua magistral política de informação e segredo.

O reinado de D. Manuel é aquele em que atingimos o auge e iniciamos a decadência.

D. João III, ainda com alguns conselheiros do Príncipe Perfeito, toma a grande decisão de manter apenas o possível no Norte de África e transferir o esforço do Índico para o Brasil. Paralelamente a uma política nacional acertada, deixa-se apoderar de um fanatismo religioso que abre a possibilidade à instauração no reino do Santo Ofício, estreitamente controlado pelos

jesuítas que afugentam e perseguem os judeus que vão para Inglaterra e para a Holanda arrecadar os lucros da passagem do comércio do oriente do Mediterrâneo para Lisboa.

A união com a Espanha arruína-nos ainda mais e atrai sobre nós a hostilidade e a cobiça de holandeses e ingleses que, mais tarde, aliados com os franceses, nos ajudam a restaurar a independência.

A partir daí passamos a estar estreitamente controlados pelos franceses e depois pelos ingleses que disfrutavam de largos privilégios e mantinham feitorias em Lisboa e Porto de grande projecção em todo o território nacional.

O Marquês de Pombal fez a única tentativa séria para nos libertar da tutela estrangeira.

As invasões francesas, a fuga da corte para o Brasil e a necessária dominação inglesa consentida deram origem a uma onda de descontentamento que culminou com a Revolução de 1820. Em 1822, com a independência do Brasil, estávamos perante uma situação trágica a que a geração seguinte vai fazer frente, em condições extremamente difíceis, pois não dispúnhamos de quaisquer órgãos de Informações para apoiar a máquina do Estado.

Essas estruturas poderiam e deveriam existir, mas sob controlo dos ingleses que ainda durante mais de meio século exerceram sobre o território nacional uma pesada tutela.

AS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL

4. DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, À INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

O Sinédrio e os seus adeptos ao decidirem o pronunciamento de 24 de Agosto de 1820 sabiam o que não queriam, isto é:

- o jugo de Beresford
- os oficiais ingleses no exército
- as delongas na administração
- a corte no Rio
- a estagnação dos negócios
- a ruína da indústria
- a decadência da marinha mercante
- a miséria nos campos

porém dissentiam no sentido e na amplitude das reformas⁽¹⁾.

(¹) Professor Joaquim de Carvalho, *História de Portugal*, Barcelos, Vol. VII, pág. 65

Dado o carácter antibritânico da conjura, pode-se ser levado a pensar que o Sinédrio, que não há notícia de que volte a reunir depois de 24 de Agosto (?), tenha sido organizado por razões de segurança dado que os conspiradores se tinham que libertar das estruturas da maçonaria, onde em todas as organizações e a todos os níveis se encontravam presentes numerosos oficiais ingleses. Aliás, a regência já devia estar alertada das actividades revolucionárias secretas uma vez que através de um alvará de 30 de Maio de 1818 decretava como «criminosas e proibidas todas e quaisquer sociedades secretas de qualquer denominação que elas sejam, ou com os nomes e formas que de novo se disponha ou imagine, pois todas e quaisquer deverão ser consideradas, de agora em diante, como feitas para conselho e confederação do Rei e contra o Estado» e «seriam mais rigorosamente vigiadas e mais severamente punidas» (?).

A Revolução de 1820 pretendeu libertar Portugal de uma situação colonial em relação aos ingleses e até em relação ao Brasil.

Os ingleses dominavam inteiramente no território nacional, em especial nas zonas de Lisboa, Sintra, Setúbal, Porto, Lagos e Madeira, onde mantinham importantes feitorias que disfrutavam de incalculáveis privilégios dominando o comércio e a navegação, o exército e a marinha, a cartografia e a hidrografia. Tirando o máximo partido dos súbditos britânicos residentes nas feitorias e de agentes especiais mantidos em território continental e insular, tinham o completo controlo das informações.

D. João VI chega a Lisboa em Julho de 1821 e, após jurar a Constituição, extinguiu o Tribunal do Santo Offício e decretou a abolição da censura prévia.

A Constituição de 1822, inspirada na Constituição espanhola de 1821 (Constituição de Cadiz) e nas Constituições francesas de 1791 e 1793, foi recebida com hostilidade pelas classes privilegiadas. No entanto todos reconheciam a imperativa e vital necessidade de organizar a metrópole para a sua auto-suficiência (?).

(?) R. Piteira Santos, *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, 2.^a Edição, Lisboa, 1975, págs. 32 e 33.

(?) Idem, idem, pág. 37.

(*) António Manuel Pereira, *As Constituições Políticas Portuguesas*. Porto, 1961.

Pela Constituição de 1822 o território nacional era constituído: I — Na Europa: pelas províncias do Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Reino do Algarve e ilhas adjacentes Madeira, Porto Santo e Açores. II — Na África Ocidental: Bissau e Cacheu; na costa da Mina S. João Baptista de Ajudá; Angola; Benguela e suas dependências; Cabinda e Molembo; as ilhas de Cabo Verde e as de S. Tomé e Príncipe e suas dependências; na costa Oriental: Moçambique, Rio Sena, Sofala, Inhambane, Quelimane e as ilhas de Cabo Delgado. III — Na Ásia: Salsete, Bardez, Goa e Diu e os estabelecimentos de Macau e das ilhas Solor e Timor.

Sob o ponto de vista eleitoral, o que dá uma ideia do modo como estes territórios estavam associados, a divisão era a seguinte: Reino de Angola e Benguela; Ilhas de Cabo Verde com Bissau e Cacheu; S. Tomé e Príncipe e suas dependências; Estados de Gôa; Estabelecimentos de Macau, Solor e Timor.

A constituição previa a criação de uma força militar permanente nacional cujo destino era manter a *segurança interna e externa do Reino*, com sujeição ao governo.

Na sua autoridade, o Rei, além de lhe competir fazer executar as leis e expedir decretos, instruções e regulamentos adequados a esse fim, competia-lhe ainda prover a tudo o que fosse respeitante à *segurança interna e externa do Estado*, na forma de Constituição (Art.º 122).

O Rei não podia mandar prender alguém, excepto quando o exigisse a segurança do Estado, devendo então ser o preso entregue, dentro de 48 horas, ao juiz competente (Art.º 124, IV).

Apesar destas disposições constitucionais cautelares dos interesses do estado, respeitando contudo os direitos individuais, nada se fez para organizar um serviço de informações, continuando o país a ser manejado do estrangeiro.

Durante dez anos, o que António Sérgio chama, «esse Portugal brasileiro» debateu-se furiosamente para evitar a reforma, que era fatal, e acabou nas mãos de Mousinho da Silveira.

Ao pronunciamento de Abril de 1823, do Conde de Amarante, em Trás-os-Montes, segue-se a Vilafrancada (27 a 31 de Maio de 1823). Por decreto de 18 de Dezembro do mesmo ano é abolida a liberdade de ensino, instituída pela Revolução. Um ano depois, a Abrilada (30 de Abril de 1824) provocou a intervenção enérgica do corpo diplomático que deu a oportunidade ao Rei refugiado a bordo da nau inglesa «Windsor Castle», de impor a saída de D. Miguel do reino, o que se veio a verificar em 13 de Maio.

Estas graves ocorrências dificultaram qualquer tentativa séria para submeter o Brasil, cuja independência acabou por ser reconhecida em 29 de Outubro de 1825, por pressão do governo britânico.

O Rei adoeceu gravemente, em 4 de Março de 1826 e nomeou uma regência para governar enquanto não recuperasse a saúde e, no caso de morte, até o seu sucessor providenciar como julgasse melhor. Em 26 do mesmo mês, morre D. João VI sem nunca ter feito uso do título honorífico e vitalício de imperador e rei do Brasil que lhe fora conferido pelo tratado que reconheceu a independência daquele território.

Quando o Brasil se tornou independente, as possessões portuguesas no ultramar eram muito mal conhecidas da maioria dos portugueses e só alguns políticos, missionários, comerciantes, militares e marinheiros tinham a consciência das nossas possibilidades e potencialidades. A política que se impunha é preconizada por D. José de Azeredo Coutinho^(*) que alertava:

«Se porém se resolver ainda, que o comércio do resgate dos escravos da América, se deva ir extinguindo gradualmente à proporção da maior população das Nações, e Colónias da América, que pela necessidade de braços para

(*) D. José J. da C. de Azeredo Coutinho, *Ensaio Económico Sobre o Comércio de Portugal e suas Colónias*, 3.ª Edição, Academia Real das Ciências, Lisboa 1828. págs. 132 e 133.

a agricultura, e fabrico das suas terras, se vião obrigadas a fazer uso do dito commercio; é necessário que Portugal desde já vá fazendo o maior uso possível das Terras de África de que estiver de posse, ou seja na agricultura e lavoura dos géneros próprios dellas, ou seja na excavação de minas de ouro, de ferro, e de todos os metaes, que alli se diz haver em abundância, e por consequência nas fábricas necessárias para o aproveitamento dëlles, para que a proporção, que por huma parte se forem diminuindo os interesses do commercio dos escravos daquellas terras, se vão também pela outra parte augmentando os interesses da agricultura e de tudo quanto produzem, e podem produzir aquellas terras; para que Portugal se não ache de repente sem o commercio dos escravos, sem a agricultura, sem minas, e sem terras de África.»

Contudo, não havia condições para seguir esta política ou qualquer outra. As estruturas da governação estavam completamente desmanteladas.

D. Pedro, logo que teve conhecimento da morte de seu pai, outorgou, em 29 de Abril de 1826, a Carta Constitucional e, em 3 de Maio seguinte, abdicou a coroa portuguesa em sua filha D. Maria da Glória, princesa do Grão Pará, que na altura tinha 7 anos, com a disposição que em tempo próprio esposaria seu tio Miguel.

Portugal continua a ser governado por uma regência que tenta sufocar, com as forças liberais disponíveis, as várias revoltas absolutistas que disfrutavam do apoio da Espanha.

Em face desta situação e receando-se qualquer intervenção por parte de Fernando VII, solicitou-se o auxílio de Inglaterra de acordo com os tratados existentes e, nos fins de 1826, desembarcaram outra vez em Lisboa forças inglesas, constituídas por uma divisão de 6000 homens, comandada pelo general Clinton.

A Carta Constitucional impunha no § 15.º do Art.º 75 «prover a tudo o que for concernente à *segurança interna e externa do Estado*» e previa a constituição de uma força militar a ser também empregue pelo Poder Executivo como bem lhe parecer conveniente à *segurança* e defesa do Reino (*).

D. Miguel é nomeado, em 3 de Julho de 1827, lugar-tenente e regente do reino. Entra no Tejo em 22 de Fevereiro de 1828 e, quatro dias depois, jura a Carta. Mas, as suas convicções, a influência da Rainha-Mãe e os antigos compromissos levam-no a dissolver a Câmara dos Deputados (13 de Março) e a convocar as velhas cortes, tendo-se aclamado rei absoluto em 30 de Junho. Em 2 de Abril retira a divisão inglesa de Clinton. Em Outubro, os Estados Unidos da América e a Espanha reconhecem D. Miguel como rei absoluto.

A actividade política em Portugal continental começou a ser controlada e orientada do estrangeiro, do Brasil e da Terceira por radicais e moderados que abandonaram o País.

(*) António Manuel Pereira, obra citada

D. Pedro nomeou uma nova regência que começou a actuar em 15 de Maio de 1830, na ilha Terceira, que nunca reconheceu D. Miguel como rei.

Tornando-se favorável o ambiente europeu com o sucesso da Revolução de 1830, em França⁽⁷⁾ e a subida ao poder, em Inglaterra, de um governo liberal⁽⁸⁾, D. Pedro abdicou, em 7 de Abril de 1831, o trono do Brasil em seu filho e, quatro dias depois, embarcou para a Europa, com o título de Duque de Bragança.

Depois de obter os apoios externos necessários para conquistar a coroa de Portugal para sua filha e garantir, com a Carta Constitucional, a liberdade do povo português, saiu de Belle-Isle-en-Mer a 10 de Fevereiro de 1832 e, a 3 de Março, desembarcou na Terceira, onde dissolveu a regência e assumiu o poder e a direcção do governo com o título de «Duque de Bragança regente em nome da rainha».

Tomou a chefia dos liberais, conseguiu, dinheiro 7500 homens⁽⁹⁾ e uma esquadra⁽¹⁰⁾. Depois de ter tentado outros locais, desembarcou na Arnosa de Pampelido, em 8 de Julho de 1832, marchando sobre o Porto, onde foi recebido com as maiores expansões de entusiasmo. Mousinho da Silveira, ainda em Julho começa a dar publicidade aos seus decretos que foram começados a redigir em Angra e que, como dizia, tinham duas grandes sentenças gerais:

- aumentar a massa dos bens alodiais.⁽¹¹⁾
- acabar a natureza dos bens destinados a tolher o nascimento da elevação moral.

A maneira como as tropas liberais e o povo da cidade se defenderam do cerco, o desembarque do Duque da Terceira no Algarve, a destruição da esquadra miguelista no Cabo de S. Vicente⁽¹²⁾ e as operações terrestres, deram

(7) Com esta revolução é destronado Carlos X e reafirma-se a Carta de 1814.

(8) O longo governo Tory deu lugar aos Whigs liberais. A partir desta época iniciou-se um equilíbrio bipartidário que se prolongou durante todo o reinado da Rainha Vitória.

(9) Dos quais 800 mercenários franceses e ingleses.

(10) A esquadra era comandada por George Rose Sartorius, Almirante da Marinha Real Inglesa. Foi visconde da Piedade e Conde da Penha Firme.

(11) — Alodiais — livres de encargos ou direitos senhoriais.

— Na altura, os direitos senhoriais e os dízimos eclesiásticos representavam dois terços do total dos encargos fiscais e os donatários da nobreza e do clero, entrepunham-se entre o Rei e a Nação criando uma situação administrativa e fiscal, que, além de ser opressiva, era confusa, obsoleta e paralisadora.

— F. Pereira Santos, obra citada, págs. 32 e 33.

(12) A esquadra que derrotou os miguelistas era comandada por Sir Carlos Napier, da Marinha Real Inglesa que substituiu Sartorius. A esquadra transportou 1500 homens, sob o comando do duque da Terceira, do Porto para o Algarve e à volta enfrentou a esquadra de D. Miguel perto do Cabo de S. Vicente (5 Julho 1833). Napier recebeu por esse feito o título de Conde de Napier de S. Vicente. Napier é autor de um trabalho histórico «A Guerra da Sucessão em Portugal».

a vitória às forças liberais, o que tornou possível, em 22 de Setembro, o desembarque triunfal da Rainha, em Lisboa.

Depois da Convenção de Évora Monte, D. Miguel capitulou (26 de Maio de 1834) e a rainha assumiu plenos poderes em 20 de Setembro do mesmo ano.

A primeira rainha constitucional, além dos grandes embaraços financeiros, encontrou em luta as diversas facções políticas criadas durante o exílio, o que provoca: um pronunciamento progressista em 9 de Setembro de 1836, que restabeleceu a constituição de 1822; a revolta cartista dos marechais, duque da Terceira e Saldanha; e a nova Constituição, jurada em 4 de Abril de 1838⁽¹³⁾.

Nesse mesmo ano o governo apresenta um relatório à rainha que se julga do maior interesse reproduzir na íntegra, pois constitui um estudo de situação nacional para a inteira e completa abolição do tráfico da escravatura nos domínios portugueses⁽¹⁴⁾.

RELATÓRIO.

SENHORA!

«A civilização da Africa tem sido nestes ultimos tempos o pensamento querido dos Sabios e dos Filantropos, e não menos o desvelado cuidado dos principaes Governos, que no antigo e no novo Continente, marcham á testa do progresso, e promovem o melhoramento da especie humana; em quanto Portugal, que durante seculos havia trabalhado nesta grande obra, hoje em vez de a promover, lhe põe obstaculos.

O primeiro título que os nossos Grandes Reis, Augustos Avós de Vossa Magestade, accrescentaram ao de Rei de Portugal, foi o de = além mar em Africa, e o de Senhores de Guiné. = Empunhadas pelas mãos de nossos navegadores, dirigidas pela atrevida sciencia de nossos Astronomos, as Quin-nas Portuguezas, desta extremidade da Europa sahiram para conquistar e civilisar, primeiro foram mostrar-se nos mares de Ceuta, logo, passado o tremendo cabo Bojador, não tardaram a ganhar as ferteis regiões que rega o Senegal, o Gambia, e o Zaire; donde, descendo e dobrando o Cabo Tormen-torio, passaram a descobrir a Costa Oriental da immensa península Africana, em cujo litoral fundaram Feitorias, construíram Fortes, e conquistaram Póvos.

(13) Quanto à segurança interna e externa do reino e à força armada, não apresentava alterações. Quanto à definição do território nacional, apresentava as seguintes:

— Na Africa Oriental acrescentava a Baía de Lourenço Marques (em disputa com os ingleses) e, quanto à Asia, Damão.

(14) Documentos officiaes relativos à negociação do Tratado entre Portugal e a Gran Bretanha para a supressão da escravatura, mandatos imprimir por ordem da Camara dos Senadores, Lisboa, Imprensa Nacional, 1839, págs. 76 e 77.

Sobre varios feitos de Africa, como em tantos outros, os Portuguezes tem sido calumniados por historiadores modernos, que representaram nossos Guerreiros e Navegadores traficando com a espada na mão dos haveres e das vidas das Nações descobertas. E todavia, não ha um só documento em toda a primeira época de nossos descobrimentos, que não prove que o principal, e quasi unico intuito do Governo Portuguez era a civilisação dos Póvos pelo meio do Evangelho. O Commercio foi secundario, posto que meio civilizador tambem; e a denominação foi uma necessidade cousecutiva, não um objecto.

Os erros de doutrina religiosa, e o vicio das medidas politicas, eram do Seculo, não dos homens.

A India primeiro, depois o Brazil fez-nos deixar a Africa, nosso mais natural campo de trabalhos. Mas a colonisação do Brazil, e a exploração de suas minas; e bem depressa o interesse de todas as outras Potencias que houveram o seu quinhão da America, foram os maiores inimigos da civilisação da Africa, que nós sós, e com tanto sacrificio de vida e fazendas haviamos começado.

O infame trafico dos negros, é certamente uma nodoa indelevel na historia das Nações modernas; mas não fômos nós os principaes, nem os unicos, nem os peores réos. Cumplices, que depois nos arguiram tanto, pecaram mais, e mais feiamente. Emendar pois o mal feito, impedir que mais se não faça, é dever da honra Portugueza, e é do interesse da Corôa de Vossa Magestade, porque os Dominios que possuimos naquella parte do Mundo, são ainda os mais vastos, importantes, e valiosos que nenhuma Nação Europeia possui na Africa Austral.

Para os avaliarmos não devemos só considerar o que actualmente são mas o de que são susceptiveis. O estado em que se acham é devido não só ao máu Governo que tem tido a Metropole, mas a este ter prestado a sua attenção quasi exclusivamente ao Brazil.

Os naturaes da Africa foram aprisionados, e transportados além do Atlantico, para tornarem rico um immenso paiz, cujos habitantes se recusavam á civilisação. Lê-se n'uma memoria antiga, que houve tempo em que na Ilha de S. Thomé existiram dezesete engenhos de assucar, que o Governo de Portugal mandou destruir, para não prejudicarem a cultura da cana, que naquelle tempo promovia no Brazil!

Em nossas Provincias Africanas existem ricas minas de ouro, cobre, ferro, e pedras preciosas: alli podemos cultivar tudo quanto se cultiva na America: possuimos terras da maior fertilidade nas Ilhas de Cabo Verde, em Guiné, Angola, e Moçambique; grandes rios navegaveis fertilisam algumas das nossas Provincias, e facilitam o seu commercio; naquelles vastos territorios poderemos cultivar em grande a cana do assucar, o arroz, anil, algodão, caffè, e cacáu; n'uma palavra, todos os generos chamados coloniaes, e todas as plantas das Molucas, e de Ceilão, que produzem as especiarias em tal abundancia, que não sómente bastem ao consumo de Portugal, mas que possam ser exportados em muito grandes quantidades para os outros mercados

da Europa, e por menores preços que os da America, visto que o cultivador Africano não será obrigado a buscar, e a comprar trabalhadores, transportados da outra banda do Atlantico, como acontece ao cultivador Brasileiro, que paga por alto preço, augmentado ainda pelo risco do contrabando, os escravos que emprega.

Promovâmos na Africa a colonisação dos Europeos, o desenvolvimento da sua industria, o emprego de seus capitaes; e n'uma curta serie de annos, tiraremos os grandes resultados que outr'ora obtivemos das nossas Colonias.

Mas para isto é necessario que reformemos inteiramente as nossas Leis Coloniaes.

Se pelo resultado se pôde julgar o systema d'uma Legislação, nenhuma poderá ser peor do que a das nossas Possessões: seculos tem decorrido depois que se acham no dominio Portuguez, e pouco differentes estão em civilisação do que eram no tempo da conquista, em quanto, como contraste, a visinha Colonia do Cabo de Boa Esperança, em muito menos tempo, tem crescido rapidamente em população branca, e em riqueza.

A gloria de continuar a grande empreza começada pelo Senhor D. João II estava reservada a Vossa Magestade. A civilisação d'Africa de que tantas Nações poderosas tem desesperado, é mais possivel á Rainha de Portugal, que em Suas Mãos tem as chaves das principaes portas por onde ella pôde entrar, e cuja authoridade é obedecida em varios pontos do interior daquelle vasto Continente, que se acham situados a mais de duzentas legoas do mar. E assim como foi possivel aos Soberanos de Portugal abrir estradas para a civilisação, que nenhum outro Principe ousou fazer commetter, ser-lhes-há tambem possivel aclimatisar, e fazer prosperar naquellas regiões esta planta benefica.

Como preliminar indispensavel de todas as providencias, que para este grande fim, de acordo com as Côrtes Geraes da Nação, Vossa Magestade não deixará de Dar em Sua Alta Sabedoria, Religião, e Humanidade, os Seus Secretarios d'Estado tem hoje a honra de propôr a Vossa Magestade, no seguinte Projecto de Decreto, a inteira e completa abolição do Trafico da Escravatura nos Dominios Portuguezes.

Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros, em 10 de Dezembro de 1836. = (Assignados) *Visconde de Sá da Bandeira.* = *Antonio Manuel Lopes Vieira de Castro.* = *Manoel da Silva Passos.*»

Entretanto inicia-se o planeamento da colonização de Moçamedes e Livingstone inicia as suas explorações africanas. Em 1842, no Porto, volta a ser aclamada a Carta, enquanto Joaquim Graça Rodrigues inicia uma viagem ao interior de Africa⁽¹⁵⁾ e Silva Porto e os seus pombeiros exploram o Barotze e toda a parte central africana entre Angola e Moçambique.

(15) As nossas viagens ao interior da Africa iniciaram-se com o Major J. M. Correia e Capitão A. P. Gamito (1831-32) a Tete, Cazembre e lago Miveru.

Joaquim Graça explorou as nascentes do rio Sena, o Bié e os rios Cuanza e Cassai, até Musumba (1843-1846).

As contra-revoluções de 44 e 46 provocam de novo a entrada em Portugal de tropas estrangeiras, inglesas e espanholas. A Convenção de Gramido (24 Junho 1847) põe termo à guerra civil.

Em África, Bernardino J. Brochado explora o rio Cunene.

Em 1848, Marx e Engels dão publicidade ao Manifesto Comunista. Em 1849 chegam os primeiros colonos a Moçâmedes.

Todos os motins, revoluções, pronunciamentos e revoltas tinham no fundo uma razão fundamental comum — a procura de soluções para encontrar um substituto do Brasil, que alimentasse o tesouro público.

A abolição da escravatura, a falta de condições dos nossos territórios africanos para receber colonos⁽¹⁴⁾, de imediato, e a sua fraca capacidade para absorver investimentos faz com que se inicie o esforço na metrópole. Graças à abundância de dinheiro nos mercados externos assiste-se a um notável e espectacular surto de obras públicas — estradas, caminhos de ferro, portos e telecomunicações — que ficou na história com o epíteto de «fontismo»⁽¹⁵⁾. Paralelamente com este surto artificial de actividade, assistiu-se a uma emigração intensa para o Brasil. Nessa altura, como agora, as remessas dos emigrantes cobriam o *deficit* crescente da balança comercial.

Em 1850 sai uma lei contra os abusos da imprensa e iniciam-se os movimentos operários em Portugal, com a fundação da Associação dos Operários.

O movimento militar promovido pelo Duque de Saldanha em 1851, estabelecendo uma certa tolerância política, esbateu certos ódios e deu uma aparência de estabilidade. A carta constitucional de 1826 foi reformada pelo acto adicional de 5 de Julho de 1852.

Em 15 de Novembro de 1853 morre D. Maria II, ficando regente D. Fernando durante a menoridade de D. Pedro.

Em 1884 é promulgada a lei de libertação dos escravos e assina-se o contrato para o lançamento do cabo submarino ligando Lisboa aos Açores e aos Estados Unidos da América. Caetano Ferreira, em África, explora o rio Cuando e as suas nascentes. Um ano mais tarde, Montanha e Teixeira exploram Inhambane e o Transvaal.

D. Pedro V, em 16 de Setembro de 1858, foi investido do poder régio e, embora jovem, foi um dos soberanos mais ilustrados da Europa. Estudou com particular interesse as questões administrativas e a organização do exército. No seu curto reinado estabeleceu-se o telégrafo eléctrico que começou a funcionar entre Lisboa e Santarém e Lisboa e Sintra e, em 25 de Setembro de 1857, com o estrangeiro.

(14) Embora o quinino tenha sido descoberto por Pelletier e Caventou em 1820, a origem do paludismo só foi descoberta em 1880 por Laveran. Contudo a síntese do quinino só é conseguida em 1945 e só mais tarde é que são descobertas a palmoquina e a atebrina. Ver: *Hygiene, Epidemiologie — Patrologie Coloniales*, Paris, 1935, pág. 104.

(15) Do nome do estadista António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887).

Inauguram-se os caminhos de ferro, em 28 de Outubro de 1856, até ao Carregado. Dá-se mais um passo para a abolição definitiva da escravatura. Dois anos depois, a linha férrea do Norte chega até à Ponte de Asseca e inauguram-se as carreiras marítimas regulares para Angola (Companhia União Mercantil) e, em 11 de Novembro de 1861, D. Pedro morre vítima de uma febre tifóide.

D. Luiz, irmão de D. Pedro, sobe ao trono e tem logo que tomar posição quanto às reivindicações da Inglaterra sobre Lourenço Marques, questão que só foi resolvida em 1870.

As reivindicações da Inglaterra marcam o início do declínio da influência inglesa em Portugal e nos territórios ultramarinos. A política esclarecida dos governantes de então, apoiada numa administração colonial mais moralizada e dinâmica, criam as condições para iniciar uma política de intolerância em relação aos planos de expansão colonial dos ingleses, franceses e alemães. Faltava-nos para a apoiar um serviço de informações como os de que dispunham não só as potências europeias com que nos havíamos de degladiar, como até já os jovens Estados Unidos da América, a Rússia, a Suécia e a Holanda.

A Inglaterra dispunha de um serviço de informações criado por Henrique VII, o 1.º dos Tudor, que só se veio a transformar num verdadeiro serviço nacional no tempo da rainha Isabel I, no Séc. XVI, sob a direcção de Sir Francis Walsingham (1530 a 1590). Entre as muitas acções desenvolvidas pelos seus serviços é de destacar a forma como «contra-atacou» os preparativos para a organização da Invencível Armada destinada à invasão da Inglaterra por Filipe II de Espanha e I de Portugal. Para esta operação tinha agentes em Veneza — Stephen Paulo —, em Madrid — Anthony Standen —, junto da embaixada de Florença em Madrid — Fleming —, que conseguiu colocar um seu irmão ao serviço do Marquês de Santa Cruz, o grande Almirante da frota espanhola. O controlo era de tal ordem que Sir Francis, em Março de 1587, entrega à rainha todos os planos e ordens para a organização da esquadra. Num relatório desse mesmo ano, o agente Standen indica que era muito improvável uma ofensiva naval dentro desse ano.

Walsingham rodeou-se dos homens mais notáveis saídos de Oxford e Cambridge que enviou como bolseiros para França para penetrarem a corte francesa e avaliarem as suas intenções em relação à Inglaterra. Entre eles destacam-se Christopher Marlowe que comandou a operação de informações contra a Invencível Armada e Thomas Phelippes que tinha a seu cargo o serviço de códigos. Walsingham criou assim o primeiro serviço profissional completo de informações que, beneficiando de aperfeiçoamentos sucessivos nunca mais deixou de apoiar os órgãos de soberania da Inglaterra até aos nossos dias com a designação genérica de «Department of Intelligence». Este departamento foi criado por John Thurloe (1599-1658), chefe do serviço de informações de Cromwell, que só tecnicamente ultrapassou Walsingham por dispor de largas somas para as suas actividades e o apoio consentido do corpo diplomático e consular.

A França vê organizado o seu primeiro serviço de informações, no Séc. XIV, por Carlos V, o sábio, com a finalidade expressa pelo rei de

«aumentar a felicidade e a segurança do seu povo», mas é só no Séc. XVII, com Richelieu, que surge um verdadeiro serviço de informações com características adequadas para poder rivalizar com os serviços ingleses, e do qual foi herdeiro o Coronel Savary⁽¹⁸⁾ (1774-1833) que foi Chefe da Polícia Secreta Política e do Serviço de Contra-Espionagem.

A Alemanha, herdeira das tradições dos serviços de informações privados dos Fugger de Augsburg, com quem Damião de Góis estabeleceu contactos e relações de amizade⁽¹⁹⁾, e dos Rothschild que nos Séculos XVIII e XIX, com quartéis-generais em Frankfurt-Mairs, Londres, Paris, Viena e Nápoles mantinham a rede de informações, monta o seu serviço de informações de Estado por volta de 1860, sob a orientação de Wilhelm Stieber. Este que preparou as operações contra a Áustria, em 1866, e contra a França, em 1870, controlava as informações militares e a polícia secreta e montou uma rede de espões que constituíram uma verdadeira quinta coluna. Em vez de utilizar pessoas altamente colocadas procurava agentes ao nível fazendeiro, comerciante, criados de quarto, etc.

Os Estados Unidos embora não tivessem um serviço de informações organizado dispunham de uma experiência e de uma consciencialização da necessidade das informações e, sempre que se envolveram em conflito, criaram estruturas que satisfiziam cabalmente às suas necessidades de informações. É interessante referir que um dos homens que mais se distinguiu na guerra da independência, por obter informações vitais para a causa americana foi Haym Salomon, um polaco de origem portuguesa-judaica⁽²⁰⁾.

Na Rússia, o primeiro Grande Czar Ivan, o Terrível, funda, no Séc. XVI, a «Opritchina» e cria a tradição dos «pristav». Em 1826, o Czar Nicolau I decreta que os serviços de informações passassem a correr pela 3.ª Secção da Chancelaria de Sua Magestade Imperial. Em 1878, a 3.ª Secção foi abolida e as suas funções são atribuídas ao «Okhrana», ou Secção de Segurança do Ministério do Interior, que, em 1917, é dissolvida e criada a «Cheka»⁽²¹⁾.

(18) Anne Jean Marie René Savary. Atingiu o posto de General e foi Ministro da Polícia em 1810.

(19) Jacob Fugger, banqueiro alemão do Séc. XVI. As suas relações comerciais com Portugal remontam ao reinado de D. Afonso V (comprava sal e vinho e vendia madeiras e panos da Flandres). Os Fugger estabeleceram, em Lisboa, uma feitoria com privilégios concedidos por D. João II, em 1485. Em 1488 é adoptado o Marco de Colónia como peso normal do ouro e prata. Os negócios com os Fugger eram feitos através da feitoria da Flandres. Acerca do seu valor e importância escrevia a D. João III Rui Fernandes, escrivão da feitoria da Flandres: «Ele é o maior homem da Alemanha e o que Governa todos os príncipes e reis; nenhum príncipe vive sem ele, e todos folgam de o ter como amigo; o que quer, acaba-o.» Pela influência dos Fugger foi eleito Carlos V (1519), considerando-se que foi a primeira vez na história que as finanças decidiram a sorte da Europa.

(20) John F. Kennedy, *Nation of Immigrants*, New York, 1964, Popular Library Edition, pag. 37.

(21) Sigla formada por letras extraídas do nome completo da organização Vse-Rossiyskaya Chrezvychaynaya Komissiya Po Borbe S kontrrevolutsiyei I Sabazhem, que se traduz por Comissão Extraordinária para toda a Rússia para Combater a Contra-Revolução e a Sabotagem.

A Suécia e a Holanda demonstraram bem como era possível com informações oportunas e seguras compensar as suas fraquezas e os maus vizinhos.

Em face deste panorama de estruturas de informações dos nossos rivais em África e na Europa, bem poderemos avaliar as dificuldades sentidas pelos responsáveis pela governação para orientar a política ultramarina, situação esta agravada pelas dificuldades de ligação com as diversas parcelas do território nacional.

Em 1861 tenta-se a restauração do nosso domínio no Zumbo pelo Capitão-mor Albino Pacheco, e uma missão chefiada pelo Governador-Geral de Moçambique parte para Zamzibar afim de tratar, com o Mascate Said Magid bin Said, da entrega de Tunge que por direito nos pertencia. Como o Mascate se recusasse, o Governo declarou mais tarde guerra ao Zamzibar, tendo Tunge sido conquistada por uma esquadra comandada pelo, ao tempo, Governador-Geral de Moçambique Augusto de Castilho. No Continente os trabalhos de assentamento das linhas férreas estendeu-se para o Sul até Setúbal e Vendas Novas. Nesse mesmo ano verifica-se também a abolição da escravatura na Rússia.

Em 1864, o caminho de ferro chega a Gaia e Nobel inventa a nitroglicerina e, no ano seguinte, a dinamite.

Em 1867, é abolida a pena de morte em Portugal e Karl Marx publica o primeiro volume de «O Capital». Dois anos depois é abolida completamente a escravatura em todo o território nacional e é inaugurado o Canal de Suez. Em 1870 é inaugurado o cabo submarino Portugal-Inglaterra e rebentou a guerra franco-prussiana.

A Inglaterra, aproveitando o enfraquecimento das potências centrais giza o seu plano de expansão colonial que interferia largamente com os nossos interesses em África. Nos pontos mais controversos e concretos a Inglaterra aceitou a arbitragem internacional e assim foram reconhecidos os nossos direitos sobre a Baía de Lourenço Marques (Presidente da República Francesa, Marechal Mac-Mahon) e sobre Bolama (Presidente dos Estados Unidos da América, Ulisses Grant).

Em 1871, realizaram-se uma série de conferências conhecidas pelas *conferências democráticas do casino*, cujo principal impulsionador foi Antero de Quental, que abrem um período de doutrinação revolucionária que se prolonga até aos nossos dias. Em 26 de Junho, as conferências foram proibidas por exporem doutrinas e proposições que atacavam a religião e as instituições políticas do Estado. Em França deu-se a insurreição da Comuna de Paris. No ano seguinte teve lugar em Angola a campanha militar dos Dembos.

Em 1875, em resultado da acção da Comissão Central Permanente de Geografia, funda-se a Sociedade de Geografia que desempenhou um papel muito importante no planeamento, organização e apoio às expedições africanas.

Para fazer face à política expansionista britânica e para procurar uma situação de equilíbrio em África, reuniu em Bruxelas a conferência internacional de 1876, oficialmente denominada Conferência Geográfica, da qual

surgiu a Associação Internacional Africana, para a qual Portugal não foi convidado.

Em 1877, o caminho de ferro chega ao Porto, depois de concluída a ponte sobre o Douro, construída por Eiffel.

Serpa Pinto percorre o Bié e vai até às nascentes do Quanza e atravessa o continente africano. Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens correm as margens do Cunene, do Cubango, do Quanza e do Cuango, estudando toda esta vasta região (1874-1878).

D. Luís visita os Açores e Madeira, o Norte de África e as possessões da África ocidental.

Capelo e Ivens, em 1882, iniciam nova expedição e atravessam a África, alcançando Quelimane. Dois anos depois, a Inglaterra assistindo à penetração belga e francesa na região do Congo, prefere reconhecer os nossos direitos a norte do Ambriz e sobre as duas margens do Zaire, em troca de facilidades de navegação no Zaire e no Zambeze, pelo tratado de Londres de 1884⁽²¹⁾.

Henrique de Carvalho estreita relações de amizade com vários povos africanos do Quimundo, do Cubango e do Cassai. Augusto Cardoso e Serpa Pinto percorreram o Niassa, enquanto chegam os primeiros colonos madeirenses a Angola.

Entretanto, a Alemanha, a França e a Bélgica reagem ao tratado de Londres, conseguem obstar à sua ratificação e, para resolver este e outros problemas, Bismark convoca a Conferência Internacional de Berlim que estabelece o chamado «Acto Geral» que procurava definir «um novo direito público colonial», em que a ocupação efectiva vinha substituir os direitos históricos. A delegação portuguesa à conferência era constituída por Luciano Cordeiro,⁽²²⁾ António Serpa e Marquês de Penafiel, homens esclarecidos mas mal apoiados para poderem negociar em boas condições.

Desta conferência resulta a invalidação do tratado de Londres de 1884 e impõe aos portugueses um esforço, rápido e praticamente impossível, de envio de tropas e funcionários civis para todas as áreas que consideravam suas⁽²³⁾.

Voltamos a discutir a nossa posição no Mundo. Em Tordesilhas éramos a delegação mais bem apetrechada para negociar. Em Berlim éramos a mais mal apetrechada. Não tínhamos informações.

(Continua)

Pedro Cardoso
General Comandante
da Academia Militar

⁽²¹⁾ 26 de Fevereiro de 1884.

⁽²²⁾ Um dos fundadores da Sociedade de Geografia e grande especialista de assuntos ultramarinos (1844-1900).